

UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DA PALAVRA “POVO” E DE SEUS ASSOCIADOS MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS NO DICIONÁRIO INFORMAL

Elza Contiero*

Resumo: Ao observarmos como processos sócio-históricos e políticos se inscrevem na construção das palavras, empreendemos uma análise a partir da definição da palavra “povo” no Dicionário inFormal a fim de verificar como ela é afetada por uma confluência entre lugares de dizer daqueles que fazem parte do povo e daqueles que assumem um lugar de formulação de verbetes. Procederemos a uma análise semântica da palavra “povo” e seus associados diretos, formados pelos sufixos -ção, -mento, e -ado – como “povoação”, “povoamento”, “povoado” –, pelas nominalizações a partir de “povo” – como em “povinho”, “povão”, “poviléu” –, bem como pelas suas formações sintáticas – tais como “povo brasileiro”, “povo muçulmano” – presentes nos exemplos e nas definições lexicográficas do Dicionário inFormal. Elegemos para o nosso corpus este dicionário, constituído nas novas mídias e sem o amparo de uma editora e de uma autoria consagrada na lexicografia. Nesse sentido, ele vem rompendo os lugares de referência na produção de definições constituindo assim um novo lugar para a emergência de sentidos.

Abstract: On observing how socio-historical and political issues are incorporated into word formation, this paper analyses the definition of the Brazilian-Portuguese word “povo” as presented in the Informal Dictionary. The focus is to confirm how its definition is influenced by a confluence of interpretations ranging from those who are part of the ‘povo’, ordinary people, to those who assume the role of creating dictionary entries, lexicographers. We attempt to carry out a semantic analysis of the word “povo” and its derivations formed by the suffixes: -ção, -mento and -ado as in “povoação”, “povoamento”, “povoado” and nominalizations produced by the word “povo”, for instance, “povinho”, “povão”, “poviléu”, as well as syntactic formations, such

as “povo brasileiro”, “povo muçulmano” found in the examples and definitions of the Informal Dictionary. The Informal Dictionary has emerged as a linguistic instrument of the Digital era without the concept of competent authority that is particularly enshrined within the publishing industry and among lexicographers, and has been breaking new ground with regard to the formulation of definitions, thus establishing a new place for the emergence of meaning.

Introdução

O objeto de nossa reflexão neste trabalho é o Dicionário inFormal. Disponível no formato digital, essa ferramenta lexicográfica se constitui como campo propício para a análise de língua(gem), pois apresenta um diferencial em relação aos dicionários formais como o Aurélio ou o Houaiss: os verbetes não são escritos por lexicógrafos, mas por falantes do português brasileiro, denominados “usuários”¹, ou seja, não especialistas em dicionários que, embora não estejam respaldados por um discurso científico, são autorizados a falar sobre a sua própria língua na formulação das definições que produzem. Uma vez que é conferido ao usuário, enquanto partícipe da categoria povo, produzir verbetes, elegemos a palavra “povo” como objeto de análise semântica, mobilizando conceitos da teoria da enunciação para pensar aspectos morfológicos e sintáticos como decorrentes de suas relações no enunciado, desdobrando-se em formações de sentido.

O dicionário para nós é muito mais que um construto teórico concebido que apenas descreveria o conjunto lexical de uma língua. Ele tem um papel crucial na predicação e circulação de dizeres significativos que se projetam em um espaço-tempo. Consideramos, portanto, que observar os modos de organização e estruturação dos dicionários, é perceber como tais instrumentos produzem uma injunção aos modos de significar, seja pela normatização do idioma, seja na criação de referências de uma língua nacional.

É da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam os sentidos atribuídos ao país assim como aqueles que dão sentidos a esses sujeitos enquanto eles se definem em relação ao seu país, nas formas que a política das relações sociais significa nessa sua história,

seja como súditos, seja como escravos, seja como cidadãos (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 14).

Ao tomarmos o dicionário enquanto objeto histórico que se constitui a partir de um prisma na qual língua, país, nação e Estado são conjugados intrinsecamente, nos deslocamos daquele imaginário que coloca o dicionário como lugar de um saber metalingüístico, permeado de regras e formas, para observarmos modos expressivos de identidade, de pensamentos, de concepções de uma sociedade nos gestos de interpretação de variados locutores na elaboração de seus verbetes. Segundo Auroux (1992, p.69), “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor”, acrescentando a mesma concepção para o dicionário: “qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento”. (*Ibidem*, p. 69).

Se, por um lado, o dicionário tem como condição vislumbrar evidência de sentidos é porque processos históricos estão imbricados no funcionamento desses sentidos. Assim, entendemos que uma análise dos sentidos produzidos neste instrumento linguístico² resvala necessariamente para a compreensão da língua na sua relação com a sociedade e com a história, visto que na criação de verbetes observa-se “uma imagem da sociedade, imagem construída, parcial, que produz identificações e silenciamentos e que se projeta em um espaço-tempo.” (NUNES, 2006, p.16)

Alicerçados nessa reflexão, qual seja, situar o dicionário como instrumento linguístico, faz-se importante aqui ressaltar um projeto de suma importância que vem sendo desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas já há algum tempo - o projeto “História das Ideias Linguísticas”. Este projeto aborda a questão da língua e dos instrumentos tecnológicos a ela atrelados de um lugar específico no campo das ciências da linguagem: “a da sua relação com a história de um povo que a fala”. (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 9)

Para Orlandi (2001, p.14), pensando articuladamente com Auroux (1992), “a criação de instrumentos linguísticos (desde a escrita até as gramáticas e os dicionários) ou a gramatização mudou consideravelmente a ecologia da comunicação”. Se em todo o espaço, o tempo traz acontecimentos, como bem nos lembra a autora, é porque a prática humana se impõe no modo como a sociedade desenvolve saberes relativos à sua realidade. Ora, esses saberes são afetados pelo próprio modo como uma língua vai se construindo. No caso da Língua Portuguesa do Brasil, o século XIX foi um observatório vivo na constituição de sua língua e escrita própria, na promoção de uma nova relação dos falantes com sua língua, frente à independência do país, em 1822, fazendo emergir um estado Brasileiro e, por conseguinte, a criação de uma língua nacional. Isso tudo irá trazer consequências importantes para a área dos estudos da linguagem no Brasil, uma vez que unir conhecimento sobre a própria língua a partir do seu universo de referências e memória traz, segundo Orlandi (2001),

subsídios para os que, trabalhando com a descrição do português, terão à sua disposição reflexões que permitem conhecer a formação do português do Brasil como língua nacional. Pode-se então refletir como a unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre estas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino [...]. A gramática e o dicionário são lugares de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado) (ORLANDI, 2001, p. 18).

O dicionário, portanto, será pensado, a partir do desenvolvimento deste programa de trabalho da “História das Ideias Linguísticas”, em suas discursividades, como objeto histórico em relação com a história da ciência e da sociedade. Nesse âmbito, situamos o nosso trabalho de análise no Dicionário InFormal, observando suas especificidades e singularidades, indagando sobre como o sentido se forma em palavras, na configuração de formações morfológicas e sintáticas, a partir da relação dos falantes com a sua língua diante da rápida atualização dos sentidos nos dias de hoje.

Objetivamos mostrar que a descrição da forma nominalizada

muitas vezes não permite compreender os processos sócio-históricos que se inscrevem no modo como a junção entre uma unidade lexical e um sufixo se constitui na formação de certas palavras, pois “as condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua.” (BENVENISTE, 2006, p.81). Entendemos que a significação é concebida enquanto uma relação linguística simbólica exposta ao real, o que nos leva a conceber que o sujeito que enuncia, enuncia na linguagem numa relação tomada na história haja vista que é o único ser capaz de “apropriar-se da língua, e semantizar, e fazer significar” (GUIMARÃES, 1995, p. 47). Há que se ressaltar a especificidade do que “o fazer significar” produz na abordagem de Guimarães, tendo em vista que o sujeito significa na relação como a história, diferentemente da perspectiva adotada por Benveniste.

Tomar o sentido de um enunciado do ponto de vista de uma constituição histórica nos revela que a passagem entre virtualidade morfológica e atualidade enunciativa se dá de modos bem distintos. Isso porque a análise do sentido da linguagem deve ocorrer no acontecimento do dizer, na constituição e formulação das materialidades linguísticas, tendo em vista o seu funcionamento na história. No que se refere às materialidades linguísticas, sabe-se que os dois processos mais gerais e produtivos de formação de novas palavras no português brasileiro são a derivação e a composição. A derivação se dá pela “junção de um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base para a formação de uma palavra”. (BASÍLIO, 2004, p. 26). Assim, formas como *povoamento* (*povoar + mento*), *povoação* (*povoar + ção*), *povinho* (*povo + inho*), *povão* (*povo + ão*) e *povilêu* (*povo + éu*) são alguns entre muitos exemplos de formas derivadas em que verificamos a estruturação base + afixo, que se concretiza em base + sufixo.

Ressaltemos que a significação não está situada na relação voltada para a estruturação interna das construções, seja de ordem morfológica, seja de ordem sintática. Como já salientamos, a atribuição de sentido é feita de um lugar de interpretação aos enunciados ou ao texto que se apresenta, por um prisma “de integração que constitui texto e sua relação com a exterioridade (engajamento do falante enquanto autor), levando-se em conta a

relação de enunciado e enunciação”. (GUIMARÃES, 2011, p.33)

No nosso entendimento, fatores apenas morfológicos não são suficientes para se discutir mudanças da própria língua. Para compreendermos tais mudanças, é preciso levar em consideração fatores de ordem histórico-social que se materializam na enunciação. Dias (2007) coloca esta questão das evidências linguísticas a partir de uma posição que arremonta outros extratos de ocorrência que não apenas os da ordem do lexicalmente marcado. Isso porque toda construção, seja morfológica ou sintática, se faz articulável numa relação com o simbólico, operando sempre entre o plano da organicidade das formas linguísticas e o plano do enunciável. Para o autor, o plano do enunciável nos permite vislumbrar outros domínios de ocupação da forma linguística, uma vez que este plano é regulado pelo discurso. Sobre isso, ele afirma:

O plano do enunciável diz respeito às instâncias nas quais o dizer ganha pertinência. Essas instâncias correspondem a diferentes extratos no campo da memória, vale dizer, diferentes domínios de discurso. [...] O fato linguístico, portanto, é definido a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de forças a ser representado, de um outro. (DIAS, 2007, p. 194)

Em resumo, a designação de uma palavra contrai determinações com algo maior e mais amplo, no âmbito do enunciado, na articulação da própria unidade léxica e do lugar projetado por ela, permitindo-nos ver que sua estabilização ou desestabilização nada tem a ver com um estado de coisas existentes. Nesta direção, Guimarães (2005, p.10) afirma que “as coisas são significadas e não simplesmente existentes”.

Antes de passarmos propriamente à análise enunciativa da palavra “povo” e de seus associados morfológicos e sintáticos no Dicionário Informal, faremos a seguir uma breve descrição do dicionário InFormal explicitando o seu modo de funcionamento.

1. Dicionário InFormal: um lugar emergente na produção de sentidos

Observa-se de maneira crescente uma proliferação de instrumentos lexicográficos *online* que vem facilitando de maneira significativa a vida de muitas pessoas. Estes instrumentos da língua possuem uma particularidade distinta da dos dicionários impressos: as definições são atualizadas cotidianamente, uma vez que são os internautas, usuários da língua, que se responsabilizam pela apresentação das definições, exemplos, sinônimos, antônimos, sem a necessidade de se identificarem. Este é o caso do Dicionário inFormal, objeto de nossa análise, que apresenta mecanismos para documentar *online* a “evolução do português”, a partir de uma política inovadora em relação aos usuários: eles são autorizados a “definir o português da forma que se usa no dia a dia”.

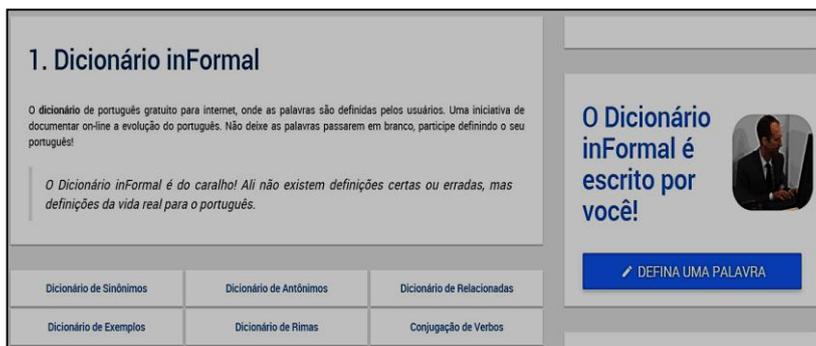


Figura 1 – A concepção do Dicionário InFormal

Considerados por alguns como “lugar de autoridade” (BIDERMAN, 2001) na formulação de sentidos, os dicionários nem sempre trazem toda a diversificação e movimentação dos grupos sociais; isto é, nem sempre explicitam polêmicas sociais. Isso nos incita a pensar que a produção de um Dicionário inFormal, que “dá poderes” ao próprio falante da língua, é uma iniciativa pertinente para se observar um novo lugar na lexicografia digital jamais visto em dicionários formais: “o lugar do falante-lexicógrafo”.

Na página do site o enunciado “**Dicionário inFormal, o dicionário onde o português é definido por você!**”, já deixa explícito para o leitor o plano de ação a que se propõe: autorizar o falante a participar da descrição de sua própria língua, num movimento que permite circular infindáveis reelaborações de

definição de palavras, descrevendo diferenças, produzindo silenciamentos, mas, antes de tudo, isentando este “falante-lexicógrafo” de julgamentos, algo que não se poderia encontrar nos “dicionários formais”, com seus sentidos prontos, calcados numa estabilidade ilusória. Observa-se, assim, a partir deste novo lugar, um outro princípio salutar: o de que “os sentidos e os enunciados definidores sempre podem ser outros.” (NUNES, 2006, p. 11)

Com relação à estrutura e organização do Dicionário InFormal, as possibilidades de contribuição para a definição das palavras são localizadas por meio de abas. Vejamos:

Letra P
38575 Palavras

povão
povaréu
povarinha
poveirismo
poveiro
povelta
povense
poverello
povidona
povitéu
povilha
povinho
povinho bunda
povinho de merda
povo
povo brasileiro
povo-mt
póvoa
póvoa de varzim
povoação
povoacense
povoações
povoada
povoado
povoador
povoadores
povoamento
povoar
povoarinha
povoável

Povo
8 Definições encontradas.

Definições Sinônimos Antônimos Relacionadas Exemplos Flexões Rimas Visualize

0 Tweet 0 Like Share 0 enviar nova definição enviar nova imagem

Classificação morfossintática:
Substantivo, masculino singular
Flexões da palavra Povo

Imagens de povo:

Significados de Povo :

1. Povo
Por Francisco (MG) em 20-11-2007

88 sobe, 73 desce

Grande quantidade de pessoas, que realizam as atividades menos nobres no capitalismo, são geralmente pobres, ou de classe baixa, geralmente não possuem estudo, são bons para trabalhos braçais, onde não

Figura 2 – Modos de contribuição para a significação

No momento em que decide enviar uma definição para o Dicionário InFormal, o falante-lexicógrafo deve preencher um formulário com vários espaços separados no quais constam possibilidades de contribuição de elementos que irão sustentar o corpo do verbete. Estes elementos, já acima referidos na figura 2, podem se apresentar na forma de palavras que possuem alguma relação intrínseca como em “Médico e Hospital”; até em relações semânticas, tais como: Sinônimos com “explicação de palavras que possuem o

mesmo significado” ou *antônimos* com “explicação de palavras que possuem significado contrário”.

Além da inserção de definições e exemplos, também é observado, no que diz respeito às entradas lexicais, a visualização da classificação morfossintática, bem como as possíveis flexões que a palavra permite. Discutiremos mais adiante, nos procedimentos de análise, como tais classificações morfossintáticas e flexões são concebidas numa relação semântico-enunciativa, trazendo um espaço de atualidade por meio das formas linguísticas.

Com efeito, o Dicionário InFormal apresenta suas definições por um número de aprovação de leitores, oriundos de todas as partes do país. Ainda que não tenham a obrigação de se identificar, pois o próprio site recomenda que o autor “não coloque seu nome de verdade, pois ele estará visível para todos”, eles têm a possibilidade de mencionar o lugar de onde vem e a liberdade de enviar tantas definições quantas forem possíveis, pois as aceções dos verbetes são acumulativas, isto é, as definições vão sendo acrescentadas, jamais eliminadas. Soma-se a isso ainda a possibilidade dos usuários-lexicógrafos decidirem se aprovam ou não determinada definição, isso se dá por meio dos ícones de popularidade representados pelo desenho de um polegar que tanto pode indicar uma avaliação positiva quanto negativa. Isso posto, a decisão se uma definição ou exemplo será incluído ou não depende muito de um critério de uso estabelecido pelos próprios “usuários virtuais” do que por um critério de frequência atestada em *corpus* de exclusão, tão recorrente na lexicografia tradicional.

Essas possibilidades que o Dicionário Informal oferece vão ao encontro, no que diz respeito a uma origem autoral, daquilo que Nunes (2006, p.15) já observou, isto é, o sentido não deve ser considerado como fixo ou isolado, mas sim compreendido nas redes de significações que consistem no encontro de uma memória lexicográfica (o universo complexo de tudo o que já foi definido) com um espaço de atualidade (a formulação do dicionário).

Parece-nos que o Dicionário inFormal caminha na direção da contemporaneidade, uma vez que os próprios usuários se utilizam das redes para a formulação de significados e palavras do seu dia a dia. Essa nova relação dos falantes com a língua traz desdobramentos

importantes, pois implica um gesto individual de um sujeito que se coloca na posição de locutor-lexicógrafo *informal* e que ocupa agora um lugar social próprio de uma conjuntura histórica em que falar é inexoravelmente “assumir a palavra nesse espaço dividido (político) de línguas e falantes” (GUIMARÃES, 2005).

Se no Dicionário Formal não verificamos a explicitação de embates sociais em torno de uma palavra, isso não ocorre com o Dicionário *inFormal*, pois nele as pessoas que escrevem são parte daquilo que pretendem significar e elas não apenas estão simplesmente significando. Estão legitimando, dizendo que os objetos a que se referem existem. Ao se colocarem dessa forma, produzindo o seu próprio lugar de escrita, “deslocam sentidos e modos de dizer estabilizados no dicionário”. (OLIVEIRA, 2014, p.266)

Por outro lado, o lexicógrafo também é parte daquilo que pretende significar, mas está intermediado pela ciência, que tem técnicas próprias para produzir efeitos de objetividade, de distanciamento, o que não o retira da ideologia, da história, uma vez que o cientista nunca está fora do ideológico. Esta posição é sustentada em Auroux (1992), o qual afirma que todo “conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber”. (AUROUX, 1992, p.11)

Frente ao que foi discutido, será realizada a seguir, a análise do verbete “povo”, lembrando que as reflexões por nós suscitadas expõem processos que se dão na relação dos sujeitos com os sentidos, permitindo-nos compreender um deslocamento que preside a produção de uma identidade, no interior de uma história e por formas de configuração de uma sociedade. Assim sendo, encontraremos, nesse espaço ambíguo e de múltiplos paradigmas, “toda sorte de diferenças, que ora se complementam, ora se rivalizam, ora se indiferem”. (ORLANDI, p.09, 2001). E é nessa direção que Orlandi afirma “que o dicionário é um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história”.

2. A semântica da enunciação e as formações morfológicas e sintáticas: análise do verbete “povo”

Em termos de Estado, “povo” é uma categoria que engloba toda a sociedade, o conjunto de todos os cidadãos. Esse lugar enunciativo é ainda mais visível nas definições usuais do dicionário formal³ que, diferentemente do Dicionário inFormal em que se verifica a materialização de uma divisão social, política e histórica nas formulações de “povo”, tenta produzir um efeito de desassociação e homogeneização de sentidos.

Como podemos observar logo na primeira definição do verbete povo no Dicionário inFormal, há um processo de produção de sentidos na designação desta palavra que aparece articulada no texto por meio de uma sequência de enunciados narrativos, de qualificações que, de certo modo, a reescrevem⁴.

1. Povo

Significado de **Povo** Por Francisco (MG) em 20-11-2007

Grande quantidade de pessoas, que realizam as atividades menos nobres no capitalismo, são geralmente pobres, ou de classe baixa, geralmente não possuem estudo, são bons para trabalhos braçais, onde não exige um grau de conhecimento elevado, são a maioria da população, o **povo** é muito discriminado pela elite, que os acha burros e ignorante, ladrões e vadios, sendo que uma grande parte do **povo** não se enquadra nessas qualificações, porque a maioria do **povo** é trabalhadora, outra característica é a grande quantidade de filhos, o **povo** também tem uma grande parcela nos problemas sociais, como miséria, fome, desemprego, analfabetismo, entre outros.

Povo também designa uma sociedade com sua cultura, hábitos e costumes.

A palavra demo de democracia, designa **povo**, ou seja, governo do **povo**, isso é diferente de socialismo que é governo popular, ou seja quando o **povo** governa.
Povo=demo.

*Maria pertence ao **povo**.*

*O **povo** mulçumano é bastante religioso, chegando alguns ao fanatismo.*

101

80

Figura 3 – Definição da palavra “povo”

As enunciações que definem povo são engendradas por uma relação tensa, por meio de adjetivos e frases que produzem uma qualificação negativa em torno do significante “povo”, na produção

com outros já-ditos, e é neste modo de formulação de discursos que compreendemos como os sentidos são constituídos. Ora, quando se define povo como uma “grande quantidade de pessoas que realizam atividades menos nobres no capitalismo”, temos aí uma primeira divisão, um recorte, neste caso em particular, ao modo de produção econômico vigente: o capitalismo. Como poderíamos descrever essa primeira enunciação? Diríamos-nos mesmos termos que Guimarães (2005, p. 29) que “essa divisão se faz num acontecimento cuja temporalidade recorta uma memória de dizeres populares estereotipados”. Assim, onde \dashv significa “determina”, (GUIMARÃES, 2007, p. 80), encontramos sentidos como: (Povo \dashv \dashv geralmente pobres, ou de classe baixa; (Povo \dashv \dashv não possuem estudos; (Povo \dashv \dashv realizam trabalhos braçais, onde não exige um grau de conhecimento elevado). Portanto, temos uma relação opositiva para dizer aquilo que é designado como povo e aquilo que não é, ou seja, há a presença de um Locutor que se apresenta predicado por um lugar social neste enunciado definidor, um lugar de poder que afirma que aquele que não pertence ao povo é tão-somente aquele que exerce atividade nobre no capitalismo; não é pobre; não pertence à classe baixa; possui estudo; e que não faz parte da maioria da população - a elite.

Há também uma outra evidência que se apresenta a partir do artigo definidor “a” no enunciado: “são a maioria da população”, corroborando a tese de Guimarães (2005, p. 26) de que “o sentido de uma expressão pode ser analisado como seu modo de integração num enunciado, enquanto elemento de um texto”. Seguindo essa linha de raciocínio, vemos que o artigo em questão traz um efeito de exterioridade, colocando aquele que está definindo como não pertencente à categoria povo. Mas, se não pertence à categoria povo, de que lugar social ele diz?

Nesse caso, há um Locutor que se apresenta como fora da história, falando de uma “posição enunciativa” (GUIMARÃES, 2005) de quem está definindo, não se colocando como pertencente à categoria povo, mas como parte da “população”. A categoria povo seria então um recorte de uma unidade maior - a população - da qual povo é apenas parte dela, ainda que seja a maior parte.

Há um conjunto de relações que vão sendo predicadas entre palavras ou expressões conforme avançamos na definição do verbete em gestos de qualificação que se projetam para dentro e para fora de lugares enunciativos cujos sentidos já se encontram socialmente cristalizados. É o caso de “o povo é muito discriminado pela elite, que os acha burros e ignorantes, ladrões e vadios”. Poderíamos nos perguntar aqui de que modo se constrói tal preconceito que atribui às pessoas que “não exercem atividades nobres do capitalismo” o sentido de burras e ignorantes?

Silva (2001) ao tratar da dicotomia analfabeto-alfabetizado em seu funcionamento e significação no Brasil, permite-nos retornar à nossa própria história para compreender como os sentidos foram se estabilizando a partir de uma história de diferenças, de colonizadores e colonizados, de sujeitos divididos num mundo construído pelo discurso da escrita, em que pessoas são reconhecidas como analfabetos e alfabetizados em termos de controle social e políticos mediante uma ordem econômico-social. Essas categorias distintas são claramente destacadas na seguinte passagem:

Este pressuposto inicial, o de forjar uma natureza humana pela linguagem, com a linguagem e na linguagem, será determinante na construção de uma posição de sujeito sempre-já-dividida e de sentidos, que vão se sedimentando e cristalizando, afetando a formação das elites brasileiras – escolarizadas – e a exclusão de sua contraparte – o povo não-escolarizado. Uma posição que permitiu, inicialmente, determinar-marcas-dividir dois mundos distintos e, posteriormente, atravessar a sociedade, separando brasileiro de brasileiro. (SILVA, 2001, p. 145)

Há um movimento de argumentação interna que afirma, por preconceito, que burro e ignorante é aquele que não se enquadra nesse lugar privilegiado do capitalismo, exercendo atividades “mais nobres”, ou aquele que está desempregado ou que é vadio ou ladrão. Mas, na realidade, só parte do povo é assim na medida em que o enunciado definidor afirma que “a maioria é trabalhadora”. Nesse sentido, trabalhador é oposto a burro, ignorante, ladrão e vadio.

Essas concepções contraditórias nos remetem a uma divisão que se instala no centro do dizer e que Guimarães (2005), a partir de uma posição materialista da linguagem, considera como próprio da divisão que afeta a linguagem: o político. É a divisão desigual do real que o autor chama de *contradição do político*. Neste caso, devemos entender *político* como “a contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos” (GUIMARÃES, 2005, p. 17). Com efeito, há um lugar não ocupado por falantes pelo pertencimento ao serem submetidos ao critério de inclusão/exclusão na medida em que são inseridos em uma classe menos abastada, excluídos do lugar de poder, neste caso, não ser pobre; não ser classe baixa; possuir estudo; ser trabalhador não braçal; ter grau elevado de estudo; ter poucos filhos; não ser miserável; não passar fome; ter emprego; ser alfabetizado.

Tomemos aqui um outro exemplo de formação sintática aparentemente contraditória do enunciado definidor “o povo também tem grande parcela Ø nos problemas sociais”. A elipse que se verifica aponta para alguns questionamentos: O povo tem o quê? Culpa dos problemas sociais? Será o povo responsável pelos problemas sociais que se materializam pelo desemprego, fome, desemprego, analfabetismo, entre outros?

Neste universo do Dicionário informal, temos um espaço regulado e de disputas pela palavra funcionando o tempo todo por meio de metáforas, neste movimento de qualificar (desqualificando!). Percebe-se que há um caminho para a emergência de cristalizações de hábitos e costumes como determinadoras de outros vieses na divisão com a qual se toma ‘povo’, a partir de um extrato social, como podemos ver no desdobramento do conceito em nominalizações constituídas por sufixos bastante característicos de construções socialmente depreciadoras.

2. Populacho

Significado de **Populacho** Por Dicionário InFormal (SP) em 18-06-2009

Grupo de classe baixa, povo.

*O que se viu na manifestação foi o **populacho** ganhando as ruas e saqueando lojas*

16 2

Figura 4 – Análise da derivação “Populacho”

No item 2, temos “populacho”, uma derivação de povo, um dos significados de povo. O exemplo diz que “o que se viu na manifestação foi o *populacho* ganhando as ruas e saqueando lojas”. Ora, *populacho*, neste caso, é um designativo de uma parcela da população que pertence a uma camada indesejável da sociedade, pois ao ganhar as ruas saqueiam lojas, promovendo a desordem e a deturpação das normas da civilidade.

Há outros sentidos de povo, como observamos abaixo, que também operam na direção de uma perspectiva daqueles que se situam na relação de pertença/não pertença. Nesse caso, o elaborador do verbete formula a sua concepção de sinonímia a partir das determinações que sofre na participação política da definição de “povo”. As determinações de “povo” no Dicionário InFormal são, de um certo modo, mais vigorosas do que aquelas que incidem nas formulações do dicionário formal, uma vez que neste a configuração é conduzida para a neutralidade, controlada metodologicamente, suavizando tais determinações.

3. Poviléu

Significado de **Poviléu** Por Dicionário InFormal (SP) em 08-08-2014

Reunião de pessoas de classes menos favorecidas, do povo, da plebe.

*Estava ocorrendo uma festa para o **poviléu** lá na praça.*

6 0

4. Povos

Significado de **Povos** Por Dicionário InFormal (SP) em 27-10-2014

Conjunto de indivíduos que constitui uma nação.

"Dilma reeleita: alívio e alegria na vitória do povo brasileiro."

5 2

5. Povaréu

Significado de **Povaréu** Por [Dicionário Informal \(SP\)](#) em 14-06-2013

S.M. Grande quantidade de pessoas aglomerada em um único local, multidão.

*Havia um **povaréu** no show.*

4 0

6. Povinho

Significado de **Povinho** Por [Dicionário Informal \(SP\)](#) em 08-08-2013

Pejorativo de povo.

*Não me misturo com esse **povinho***

3 0

7. Poveléu

Significado de **Poveléu** Por [Dicionário Informal \(SP\)](#) em 22-05-2015

O mesmo que poviléu.

*Na favela mora o **poveléu**.*

2 0

8. Populacho

Significado de **Populacho** Por [Adriano \(MG\)](#) em 29-06-2009

1 - o povo que muito embora sejam Hebreus não poderiam provar pela genealogia. 2 - pessoas que não pertenciam ao povo de Israel, que estavam no Egito por ocasião das pragas e resolveram ir junto com o povo de Israel.

Egipcios

23 12

9. Povão

Significado de **Povão** Por [Dicionário Informal \(SP\)](#) em 17-06-2013

Substantivo Masculino

- grande quantidade de pessoas; multidão, povaréu
- Regionalismo: Brasil.a classe mais humilde, oposta às classes média e alta

*Quadrilha e carnaval já fazem parte do nosso **povão**.*

4 1

Figura 5 – Derivações a partir da palavra “Povo”

Na palavra “povinho”, por exemplo, a base povo + o sufixo diminutivo ‘-inho’, forma uma categoria morfológica muito comum na

Língua Portuguesa. No entanto, os morfemas de grau diminutivo nem sempre exprimem de fato o grau, como em “casinha”; “caixinha”, “cãozinho”. Na perspectiva da Morfologia, é um pressuposto que afixos apresentem “funções sintático-semânticas definidas” (BASÍLIO, 2004, p.28), delimitando possíveis usos e significados das palavras. Consideramos tal definição limitada, pois para nós os sentidos são distribuídos socialmente, uma vez que questões de natureza social e ideológicas devem ser levadas em consideração quando se considera as marcas morfológicas.

O enunciado “Afinal, esse povinho brasileiro não sabe votar e a gente tem de tentar fazer alguma coisa para mudar o país⁵” nos mostra que a junção de povo + o sufixo diminutivo ‘-inho’ se inscreve num universo de sentidos que lhe atribui um valor bastante específico e que, portanto, a relação de sentido que institui não é tão-somente gramatical, mas semântico-enunciativa. Na verdade, estamos na presença de uma classe gramatical que coloca o sujeito como centro de distribuição das referências. A realidade a que essa forma linguística remete é a realidade de um discurso, ou seja, uma forma linguística que não pode ser identificada “a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso.”⁶ (BENVENISTE, 2005, p.288).

O sentido de “povinho”, aqui, é determinado no funcionamento discursivo, fundamentalmente por um conjunto de enunciados como: “não sabe votar”, “não faz nada para mudar”, ou seja, trata-se de pessoas que não sabem exercer corretamente seu direito de votar. Nesse acontecimento enunciativo, o modo de caracterizar “povinho brasileiro” como “gente que não sabe votar”, nos leva a considerar que, de uma certa forma, ‘brasileiro’ reescreve ‘povinho’, determinando também o sentido de *povinho* como sinônimo de pessoas politicamente despreparadas. Nessa conjuntura, o sufixo *-inho* traz um manifesto político, uma direção segundo a qual o locutor, no lugar de jornalista, que tem autoridade na tomada da palavra, significa o sentido de ‘povinho’ agenciado por uma história enunciativa, um memorável de já ditos, de que a maioria da população brasileira, já qualificada como pobre e seu paradigma semântico anteriormente discutido em ‘povo’, não tem capacidade para se envolver com questões políticas.

Por outro lado, derivações oriundas dos sufixos *-mento*, *-ção*, *-ado*, não apresentam esse mesmo tipo de leitura e por isso não aparecem no âmbito do verbete “povo”, apesar de se constituírem como derivações da mesma forma que *-inho*, *-ão*, *-éu*, *-acho*. Em princípio, “população”, poderia, por exemplo, estar no âmbito deste verbete, mas essas palavras não estão associadas – histórico-ideologicamente – à palavra “povo” no Dicionário inFormal, uma vez que não estão diretamente inseridas nos domínios dos quais o autor do verbete transita. Isto é, circulam, imaginariamente, na órbita dos discursos de ordem mais técnica e menos vulnerável a caracterizações.

É preciso também observar como construções sintáticas do tipo “O povo mulçumano é bastante religioso, chegando alguns ao fanatismo”⁷ movimentam certos sentidos de classe, sociedade, hábito, política e religião. Esta construção em particular nos indica um modo de percepção que direciona o sentido de “povo” para uma visão de costumes e modos de vida bastante cristalizados na imprensa. Essa cristalização é permeada por episódios marcantes de ataques terroristas, frente ao fanatismo de uma pequena parcela do povo mulçumano. Constatamos que essa relação religião/fanatismo, que se coloca no Dicionário inFormal, revela uma direção de sentidos específica de povo mulçumano, na qual se situa o *fanatismo* como sendo intrínseco à religião mulçumana. Um dicionário formal não apresentaria um exemplo com uma visão tão estigmatizada e cristalizada do povo mulçumano, uma vez que isto poderia produzir interdições no domínio editorial.

Seguindo essa mesma linha de reflexão, Dias (2013) analisou a significação de “linguagem cidadã” em textos governamentais, observando que a junção do adjetivo “cidadã” ao substantivo “linguagem” não pode ser vista apenas por um prisma semiótico, pois a significância se articula em duas dimensões: na dos “signos” e na “enunciação”. Assim sendo, o autor em questão olha para o conceito de sintagma nominal sob uma perspectiva diferenciada, sustentada por uma visão enunciativa e não mais aquela que evoca a ideia de que tais construções nucleadas por um substantivo carregam em si todas as informações sobre a realidade. Ao procurar compreender o processo de constituição dessas construções nominais que, na verdade, ele designa de “formações nominais”, busca operar os movimentos que se

constituem em função do nome, no próprio acontecimento enunciativo. Isto é, o que se agrega ao nome nos traz referenciais fundamentais, resvalando para uma instância entre memória e atualidade. No caso da junção do adjetivo “cidadão” ao nome “língua”, visa-se falar a língua do outro, chegar até ele, acolhendo-o, unindo o interlocutor e o locutor por um laço social, por um modo de ação próprio de cada enunciação. No caso de “povo muçulmano”, os referenciais que determinam a concepção de povo passam pelo “fanatismo”, tendo em vista o afetamento que o locutor do verbete sofre da mídia.

À medida que palavras surgem em função de contextos históricos e de uso da língua, o Dicionário inFormal suscita um lugar interessante para compreender a movimentação de sentidos nos enunciados, dos modos como eles são socialmente distribuídos por meio delas, uma vez que é principalmente pela língua que vemos questões sociais emergirem. Nesse sentido, não podemos perder de vista aquilo que Nunes (2006) tão bem nos explicitou:

A língua, ou antes, as “sistematicidades linguísticas”(os mecanismos lexicais, sintáticos, enunciativos) são sempre remetidas à exterioridade, às condições de produção do discurso, que são fundamentalmente o contexto situacional, histórico e ideológico, compreendidos os sujeitos aí inseridos. A consequência disso é a de considerar a materialidade linguística do dicionário, questionando-se a evidência dos sentidos, das definições, das exemplificações, enfim, dos mecanismos utilizados pelas técnicas lexicográficas, e remetendo-os a suas condições históricas de aparecimento. Essa leitura sistemática não parte de um modelo prévio de dicionário, mas procura mostrar a particularidade de cada um, o seu modo singular de configuração. Por isso, efetuamos uma leitura crítica do dicionário, não em vista do que ele deva ser, de um modelo ideal, mas sim em vista do que ele é, quer dizer, em vista de sua singularidade histórica (...) (NUNES, 2006, p. 18).

Observamos que o Dicionário informal faz emergir uma singularidade ao inverter a lógica dos dicionários formais, ao trazer

em cena o falante para ocupar um novo lugar na produção de sentidos, pois ele (o usuário) “é autorizado a descrever a sua própria língua, a colaborar com um dicionário. O saber que o autoriza é aquele advindo da prática linguística, e que o site do dicionário afirma que será isento de julgamentos de correção”. (OLIVEIRA, 2014, p. 263)

Se o Dicionário inFormal se configura como um lugar de explosão dos discursos, precisamos então nos atentar para uma mudança de postura, no sentido de percebê-lo como um instrumento do saber linguístico, saber este construído por uma relação real entre os sujeitos e suas línguas, antes circunscrito apenas aos lexicógrafos, autorizados a falar de um lugar cuja verdade do saber era tida como absoluta e incontestável. Novamente concordamos com Nunes (2006, p. 24) quando afirma que é nesse lugar de alteridade social e histórica que o lexicógrafo constrói no dicionário uma imagem do “outro”, no qual o cenário em que os sujeitos encontram-se inseridos dita, por meio de formas sintático-enunciativas das definições, toda uma forma de dizer a sociedade. É, portanto, na contramão deste saber institucionalizado que o dicionário inFormal parece caminhar, uma vez que atualiza a língua, trazendo um movimento de reconhecimento, de crivo de sentidos que não vem de um lugar de autoridade científica.

Algumas considerações

O exercício de análise proposto neste artigo procurou observar as determinações de “povo”, bem como algumas de suas nominalizações como “povoação”, “povoamento”, “povoado”, “povinho”, “povão”, “poviléu” e de formações sintáticas, tais como “povo brasileiro”, “povo muçulmano” encontradas no texto lexicográfico do Dicionário informal. Refletimos sobre como o sentido se forma em palavras, na configuração de formações morfológicas e sintáticas, a partir da relação dos falantes com a sua língua, o que julgamos como sendo um processo muito relevante. O Dicionário inFormal – que possibilita a compreensão do funcionamento enunciativo da língua – permite-nos ver como a linguagem opera entre a virtualidade do dizer e a atualidade discursiva, isto é, o acontecimento do dizer, para indicar traços histórico-sociais, políticos e religiosos, dentre outros, no processo da significação.

O Dicionário inFormal aponta um caminho de deslocamento de

sentidos que, diferentemente dos dicionários formais que se colocam num lugar de saber incontestável, incide sobre um novo modo na produção de um saber antes circunscrito apenas aos lexicógrafos, gramáticos, autorizados a falar de um lugar de verdade. Diante desse embate, perguntamo-nos quem é, então, o sujeito que ocupa esse lugar na luta pelo sentido das palavras. Ou, dito de outro modo: a quem pertence esse espaço de autoridade para atribuir sentidos, diante da sua rápida atualização nos dias de hoje? O que significa hoje ir a um dicionário? Em que medida o Dicionário Informal contribui para o funcionamento da significação social?

Não estamos com isso dizendo que devemos rechaçar o dicionário formal. Nossa intenção é a de apenas mostrar que o Dicionário inFormal, nessa relação dissimétrica com o saber lexicográfico formal, tem se tornado um importante instrumento do saber linguístico do mundo contemporâneo, permitindo a eclosão de um espaço de reconhecimento pelo falante em relação à sua própria língua.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BASILIO, M. (2004) *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática.
- BENVENISTE, E. (2005). *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 5. ed.
- _____. (2006) *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2. ed.
- BIDERMAN, M. T. C. (2001). “Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas”. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS.
- CUNHA, A. G. (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2. ed. 1999.
- CRYSTAL, D. (1988). *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- DIAS, L. F. (2007) “Gramática e política de língua: institucionalização do linguístico e constituição de evidências linguísticas”. In: Eni Orlandi. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 183-200.

- _____. (2013) “A ‘linguagem cidadã’ em questão: uma abordagem enunciativa.” in: BRESSANIN et alii. *Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: RG, p. 211-222.
- DUBOIS, J. et.alii. (2001) *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix.
- GUIMARÃES, E. (1995) *Os Limites do Sentido*. Campinas: Pontes.
- _____. (2005). *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.
- _____. (2007). “Domínio semântico de determinação”. In: GUIMARÃES, E; MOLLICA, M. C. (orgs.) *A palavra: forma e sentido*. Campinas, Pontes, p. 77-84.
- _____. (2011). *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: RG.
- GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E.(1996). “Identidade Linguística.” In: _____. (Orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 9-15.
- NUNES, J. H. (2006). *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002) "Dicionarização no Brasil: condições e processos" In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (orgs.). *História do Saber Lexical e constituição de um Léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP e Pontes.
- OLIVEIRA, S. E. (2014)“O dicionário informal e a relação do falante com a língua”.*Revista Anpoll*. v. 1 .ed.37. p.262-272.
- ORLANDI, E. (1983) *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (org.) (2001) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat editora.
- _____. (2007) *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- SILVA, M. V. da. (2001) “Alfabetização, escrita e colonização”. In: ORLANDI, E. P. (org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, p.139-154.

Palavras-chave: Dicionário informal; definição da palavra “povo”;

deslocamento de sentidos.

Keywords: Informal Dictionary; definition of the word "povo"; displacement of directions.

Notas

*Doutoranda no IEL - Universidade Estadual de Campinas. Artigo de conclusão do trabalho de qualificação de área em História das Ideias Linguísticas, elaborado durante o meu período de doutoramento em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Claudia Castellanos Pfeiffer (LABEUB/NUDECRI/UNICAMP; PPGL/IEL/UNICAMP).

¹ Mais adiante, comentarei sobre a política do Dicionário informal em relação aos usuários, ou seja, a questão das autorias, das formulações e dos enunciados definidores.

² Com o Renascimento europeu, novos instrumentos surgem, como os dicionários e as gramáticas. Esses instrumentos linguísticos como os denominam S.Auroux (1992) foram criados num momento de expansão do planeta, expansão comercial, de dominação sobre outros povos, trazendo assim uma gramatização da língua. “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”, conforme Auroux (1992, p.65).

³ O Dicionário eletrônico Houaiss de 2009 apresenta exemplos como: “o povo elege os governantes”. Já o Novo Dicionário Aurélio de 2010, traz um sentido de povo significando povoado: “Combinara na fazenda dormir num pequeno povo, a três léguas de Cacimbas” (José Vieira, Vida e Aventura de Pedro Malasarte, p. 279-280), e outros exemplos também como: “A praça! A praça é do povo / como o céu é do condor” (Castro Alves, Obra Completa, p. 352)

⁴ A concepção de “reescritura” foi formulada por Guimarães (2005, p. 28) como “os procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito”.

⁵ Fonte <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2014/08/bnada-prestab-no-brasil-por-juliana-doretto.html>. Acessado em janeiro de 2015.

⁶ Em Benveniste, o conceito de discurso está relacionado com o exercício da língua pelo locutor. Quando abordamos o funcionamento discursivo, estamos nos referindo aos efeitos de sentido entre interlocutores, conforme Orlandi (1983).

⁷ Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/povo/>. Acesso em: janeiro de 2015.

Recebido em: agosto/2015

Aceito em: outubro/2015